



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL**

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES N. \_\_\_\_\_, de 2007.  
(Do Sr. Deputado Chico Alencar)

Solicita informações ao Exmo. Ministro de Estado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a respeito das dívidas do setor rural, bem como a situação atual das negociações e rolagem de dívidas, com os respectivos estudos e propostas que tratem do assunto.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, após consulta a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no sentido de enviar a esta Casa, em forma de relatório detalhado e consolidado acerca das dívidas do setor rural. Solicita-se que no relatório constem informações completas sobre as dívidas do setor rural, compondo as que já se encontram inscritas em dívida ativa e planilha contendo o montante dos recursos envolvidos e os respectivos prazos de vencimento, no âmbito nacional, regional e estadual. Solicita-se, ainda, informações acerca do mecanismos e da situação atual da negociação e rolagem das dívidas, bem como estudos e propostas em curso que tratem do assunto.



4AAEC73B01



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL**  
**JUSTIFICAÇÃO**

O conhecimento dessas informações é uma atribuição intrínseca do papel fiscalizador do Poder Legislativo, quanto mais quando existem denúncias que envolvem negociações das referidas dívidas com representantes parlamentares do setor ruralista.

A imprensa nacional desta quinta-feira, 20 de setembro, lança dúvidas e denúncias acerca da interferência do Poder Executivo em deliberações legislativas. Segundo as denúncias, tratativas entre deputados e Ministros do Governo Lula estariam afetando a autonomia e independência do Legislativo na apreciação da PEC 558, de 2006, e incidindo na proposta de prorrogação da CPMF, em exame nesta Casa.

Referimo-nos, portanto, a atividades de agentes públicos que diretamente interessam à boa administração pública e ao correto uso do Erário, características que destacam a exigência de ordinária fiscalização parlamentar.

Nestes termos, requer-se providências urgentes no encaminhamento da presente solicitação.

Brasília, 03 de outubro de 2007.

**CHICO ALENCAR**  
LIDER DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS



4AAEC73B01